



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14975 - Resumo Expandido - Trabalho - XVII Reunião Regional da ANPEd Centro-oeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 08 - Formação de Professores

**O TRABALHO DOCENTE NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO A PARTIR DO CONTEXTO HISTÓRICO DA POLÍTICA LEI Nº 11.892/2008**

Patrícia Gouvêa Nunes - INSTITUTO FEDERAL GOIANO - IF GOIANO

Rosenilde Nogueira Paniago - INSTITUTO FEDERAL GOIANO - IF GOIANO

### **O TRABALHO DOCENTE NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO A PARTIR DO CONTEXTO HISTÓRICO DA POLÍTICA LEI Nº 11.892/2008**

#### **Introdução**

O presente texto apresenta um recorte de pesquisa de doutorado sobre o trabalho docente nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF). O trabalho docente nos IF é evidenciado em discussões teóricas que tratam da formação de professores no contexto da EPT.

O trabalho docente cada vez mais vem sendo discutido no âmbito de investigações quanto ao exercício profissional docente, principalmente a partir de mudanças significativas ocorridas na organização social, política e econômica mundial vivenciadas pela profissão no século XX (Saviani, 2008; Ball, Maguire e Braun, 2021; Antunes, 2023). É, assim, fundamental para o avanço do sistema educacional brasileiro, propor investigações que buscam problematizar os intervenientes que permeiam a efetiva ação docente, tais como as políticas que regem as instituições educacionais, *locus* do trabalho docente.

O presente texto faz parte da investigação, devidamente registrada na Plataforma Brasil, conforme parecer nº 4.767.059, que tem como objeto de estudo o trabalho docente nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), Brasil, perspectivado pelo ensino verticalizado proposto na Lei de Implantação e Expansão dos Institutos Federais - Lei nº 11.892/2008.

O ano de 2008 datou a criação dos IF, instituídos a partir da Lei nº 11.892, de 29 de

dezembro de 2008. Neste ano iniciou-se a implantação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Brasileira (RFEPCT) que visava, entre outros horizontes: democratizar, interiorizar, ampliar e oferecer educação pública em diferentes níveis e modalidades de ensino, em uma só instituição federal.

Sob esses aspectos, nos indagamos: Como é pensada a docência na RFEPCT, em termos legislativos, ao olhar a historicidade dos IF? Diante desses questionamentos, o objetivo desta discussão textual foi analisar, em termos legislativos, o trabalho docente na RFEPCT a partir do contexto histórico da política Lei nº 11.892/2008. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória, desenvolvida por meio da análise documental em regulamentos que tratam dos IF, desde seus antecedentes até sua criação da RFEPCT, em 2008. A análise documental é, portanto, utilizada na discussão dos temas, e os dados suscitam e incluem geralmente, o corpus da pesquisa, as referências bibliográficas e a abordagem teórica adotada.

### **Aspectos da historicidade da implantação dos Institutos Federais de Educação**

De acordo com os dados do portal do Ministério da Educação (MEC), são 38 IF, 02 CEFET, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II, compondo 678 unidades distribuídas entre as 27 unidades federadas do país. Os IF são geridos por meio de Reitorias ligados à Setec e, como última instância, ao MEC, segundo o qual, em 2019, os números da Rede Federal continuam os mesmos, sendo 661 unidades por todo o Brasil.

Para Pacheco (2020, p.6), “os IFs são uma institucionalidade inédita em nossa estrutura educacional, original na medida em que não se inspira em nenhum modelo nacional ou estrangeiro, criada pela Lei 11.892 de 2008”, sendo um dos objetivos dos IF são atuar na formação inicial, no ensino médio integrado a formação profissional, na graduação e na pós-graduação.

Essa nova institucionalidade amplia a oferta obrigatória de ensino da rede federal de EPT e vai além ao indicar a necessidade de refletir, não só sob uma perspectiva histórica, mas também sob uma perspectiva social, as especificidades para a atuação e da formação de professores(as) para a EPT. É sobre esse aspecto que incide a pesquisa, pois, no que tange à atuação docente na RFEPCT, defendemos ser fundamental a relação teoria-prática, a integração dos conhecimentos gerais aos conhecimentos técnicos, o domínio didático político-pedagógico, ao relacionar educação e trabalho e a articulação do currículo a partir do eixo estruturante da EPT: trabalho, ciência, cultura e tecnologia

Com efeito, a expansão no número de instituições do IF pelo Brasil, desde sua criação na última década, tem mobilizado um número expressivo de profissionais para a atuação docente na RFEPCT. Diferentes profissionais oriundos das várias áreas de conhecimento encontram, nessas instituições, uma oportunidade de trabalho como docentes.

Por certo, no Brasil, os debates sobre o trabalho docente na EPT ganham maior destaque após a criação e expansão dos IF, pois, a implantação da rede de IF por todo o país amplia a oferta da docência na EPT, evidenciando que há necessidade de pensar a formação de professores para atuarem na EPT, de modo a atender às exigências dos contextos socioeconômicos e políticos vigentes, dada as suas especificidades.

Ao lidar com a temática do trabalho docente na EPT, inserimos um amplo horizonte de aspectos, desde a sua importância da perspectiva de trabalho como a constituição/formação do ser humano, passando pelo trabalho, enquanto locus de produção de saberes e de correlações de força e resistência, chegando aos desafios à formação docente para atuar na EPT e desigualdades sociais inerentes ao “mundo do trabalho”.

Machado (2019) elucida que a integração da educação profissional à educação básica esbarra em dificuldades de variadas origens: múltiplas interpretações sobre a integração, falta de formação e de tempo para os(as) docentes se encontrarem para discuti-la. Nessa direção, Oliveira (2010) adverte que o docente que atua no ensino técnico e tecnológico acaba por não ser tido como um profissional da área do ensino/educação, mas como um profissional de uma outra área de conhecimento e ali atua como docente, contudo, sem formação pedagógica adequada às especificidades da docência na EPT. Essa ausência de sentido atribuído ao trabalho docente na EPT, dada pelos docentes, dificulta a formação desses sujeitos.

Esta nova conjuntura sócio-política e educacional do contexto dos IF, advinda de novas regulamentações legais, tem trazido para RFEPCCT tensões e rearranjos diversos que vão desde a compreensão da proposta do ensino verticalizado nessas instituições, até mesmo, à necessária unidade entre formação para atuação docente e formação profissional no âmbito da EPT. Isso, considerando o acelerado progresso técnico-científico ocorrido nas últimas décadas, o que reforça a necessidade de uma constante atualização dos cursos ofertados no IF e de uma formação contínua para os(as) seus(suas) docentes. Saber interagir com outros(as) docentes dos outros níveis regulares, se constitui como um desdobramento praticamente inevitável da integração entre ensino médio, técnico, tecnológico, graduação e pós-graduação, e vai se configurando como um desafio na nova realidade dos(as) docentes da RFEPCCT.

Logo, aos(as) professores(as) dos IF cabe a atuação nas diferentes modalidades e níveis de ensino, e também oportunizar, aos(às) discentes, compartilhar os “espaços de aprendizagem, incluindo os laboratórios, possibilitando o delineamento de trajetórias de formação que podem ir do curso técnico ao doutorado” (Pacheco, 2011, p.14), por meio do ensino, pesquisa e extensão, constituindo um percurso formativo. A tríade ensino, pesquisa e extensão vem pela equiparação dos IF às universidades federais quanto aos efeitos da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, conforme Art. 2º da lei de criação dos IF.

Nos IF, os(as) docentes têm um amplo e diversificado nicho de ações previstas, que extrapolam a sala de aula nessas instituições, *locus* que já é, por si só, bastante diversificado.

Além da atuação desde o ensino médio e técnico; cursos superiores; pós-graduação; cursos FIC, espera-se na “performatividade” de sua ação: distintas disciplinas curriculares, programas e projetos ligados às áreas de formação, da tecnologia e ciência, gestão administrativa, pedagógica e financeira, produção de materiais didáticos, pedagógicos e instrumental-administrativos, diversas atividades na pesquisa, outras mais atividades de extensão e entrega de resultados a partir das ações desenvolvidas. Desse modo, aos(as) docentes, são esperadas ações tanto na dimensão didático-pedagógica na tríade do ensino-pesquisa-extensão, quanto na esfera administrativa, financeira e patrimonial dos IF.

Logo, a RFEPCT, como atual política efetivada nos IF, tem, nos docentes, aqueles(as) que materializam o ensino, a pesquisa e a extensão por meio do seu trabalho. As condições objetivas, entendidas como as “políticas de atuação” de trabalho (Ball, Maguire e Braun, 2021) no ensino verticalizado, são resultados de uma nova institucionalidade dos IF que geram uma nova “performatividade” (Ball, 2010) esperada dos(as) docentes que ali atuam.

Por fim, diante dos questionamentos que nortearam a pesquisa, é possível inferimos que ao buscar na historicidade do contexto de constituição da instituição identificamos nuances que chamam a atenção a problematização quanto ao exercício da docência nos IF, uma vez que a lei de transição de caracterização de CEFET e Escolas Agrícolas para IF, não apresentava clareza quanto às especificidades para as ações previstas aos(as) docentes que ali estavam ingressando, em 2008, ante o ensino verticalizado proposto na referida lei de implantação da RFEPCT, e por conseguinte, após 15 anos de implantação, datado em 2023, inferimos que é preciso avançar na efetivação das políticas de formação para trabalho docente nestas instituições ante a especificidade destacada na lei de implantação dos IF – o ensino verticalizado.

Diante de tal constatação, nos dedicamos, no âmbito maior da pesquisa que resultou neste texto, a compreender a política da nova configuração de rede pública da EPT no Brasil, adentrando na forma como é materializada nas instituições pelo trabalho docente diante do ensino verticalizado. Entretanto, destacamos que, com o passar dos anos, as ações podem ser clarificadas na medida que a institucionalidade dos IF se concretiza, contudo, elucidam elementos que induzem a perceber haver ainda incertezas quanto à compreensão do ensino verticalizado nos IF.

**Palavras-chave:** Contexto histórico. Institutos Federais de Educação. Políticas Educacionais. Trabalho docente.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais**. Coleção: Mundo do trabalho, Boitempo, 2023.

BALL, S.J.; MAGUIRE, M. & BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2021.

BALL, S.J. “Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma

sociedade performativa”. **Educação & Amp; Realidade**, vol. 35, n. 2, maio-agosto, 2010.

BRASIL, **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, Planalto, 2008. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 10/10/2022.

MACHADO, L.R.S. “Formação Docente para a Educação Profissional: limites e possibilidades de institucionalização”. Belo Horizonte, MG. **Cadernos de Pesquisas**, v. 26, n. 4, outubro-dezembro, 2019.

OLIVEIRA, D.A. “Os trabalhadores da educação e a construção política da profissão docente no Brasil”. In: **Educar em Revista**, n. especial 1. Curitiba, Brasil: Editora UFPR, 2010.

PACHECO, E.M. **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: Moderna, 2011.

PACHECO, E. “Desvendando os institutos federais: identidade e objetivos”. **Educação Profissional E Tecnológica Em Revista**, v 4, n.1, junho, 2020.

SAVIANI, D. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes. In: **Saviani D, Lombardi JC, organizadores. Marxismo e educação: debates contemporâneos**. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2008.